

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA



THAIS SANTOS DE LIMA GIROTO

Graduação em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC (2007); Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Brasil (2019); Especialista em A Arte de Contar Histórias pela Faculdade Conectada - Faconnect (2023); Professora de Educação Infantil no Ceu Cei São Mateus – Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O artigo irá visar construir um debate acerca da demanda de uma gestão escolar democrática e transparente, onde o território escolar tem o poder do voto dentro do sistema. Para termos uma comunidade escolar participativa e envolvida dentro das demandas educacionais é necessário que a gestão seja transparente nas iniciativas e democrática em suas ações. A gestão deve agir não só como mediadora de conhecimento, mas como uma forma de ação social.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar Democrática; Sociedade; Escola.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o papel da gestão escolar é de fundamental importância dentro da escola, pois poderá desenvolver mecanismos que contribuam no processo ensino aprendizagem voltados à inclusão dos alunos com deficiência. Desta forma, é necessária a discussão constante desse tema para a melhoria e criação de sistemas que facilitem o acesso à escola pública e regular por todos os educandos.

O estudo desse tema tem como proposta, mostrar a importância do gestor no processo inclusivo, dentro da escola na qual atua, detectando seus problemas, mostrando os caminhos a serem percorridos e desta forma, evidenciando como a educação inclusiva pode contribuir para diminuir as diferenças existentes no âmbito escolar, intermediando as relações entre esses educandos, professores, funcionários e a comunidade escolar em geral. O papel do gestor é viabilizar os conhecimentos necessários para que se possa desenvolver um trabalho inclusivo proveitoso, leve e significativo para aqueles que estão envolvidos nesse processo, elaborando propostas que

facilitem o trabalho pedagógico e que permitam a inserção desses alunos em toda a rotina escolar.

O avanço brasileiro na questão da participação da comunidade na educação brasileira está em constante construção. Inicialmente essa questão estava presente nos textos legais, como na Lei Federal que estabelece as diretrizes nacionais e na Constituição Brasileira.

As bases legais têm assegurado importantes mudanças educacionais no Brasil. A Constituição Federal prevê no artigo 206, inciso VI a gestão democrática do ensino público na forma da lei. Outra base legal que contribui para o avanço da gestão democrática na educação é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96). Essa lei fortaleceu as transições necessárias e representou um marco para mudanças nas políticas públicas educacionais no país, e consequentemente, para as políticas de democratização da gestão escolar.

Além das leis nacionais, no Estado de São Paulo, há o Regimento Comum de Escolas Públicas que prevê a participação da comunidade por meio do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres.

A participação no Conselho de Escola prevê a participação nas reuniões a fim de entenderem sobre as questões da escola e de opinarem sobre as decisões que precisam ser tomadas. Levando em conta que o Conselho representa uma maneira de trazer o direito da comunidade na participação da educação brasileira torna-se importante que existam critérios gerais relativos a cada unidade escolar, que estabeleçam questões que levem em conta as orientações municipais e as necessidades da escola sobre a organização, funcionamento e interação com a comunidade.

Diante desse cenário, as discussões sobre a gestão democrática tornam-se cada vez mais importantes na formação inicial e continuada de professores e nos diferentes contextos que abrangem a educação e seus profissionais. Um dos aspectos que precisam ser discutidos nessa questão é tudo o que representa uma gestão democrática e participativa. Para Abranches (2003):

a partir da abertura para a participação, quando os atores sociais passam a ter um papel ativo nas decisões sobre elaboração, execução e controle das políticas públicas, é prioritário que se criem configurações sociais e novos espaços políticos que determinem uma nova relação com o espaço público.” (2003, p. 2).

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL

A importância da gestão administrativa e democrática para o sistema educacional é fundamental para garantir a eficiência e eficácia na gestão das instituições de ensino. A gestão administrativa é responsável por organizar e coordenar as atividades da instituição, garantindo que todos os recursos estejam sendo utilizados da melhor forma possível. Já a gestão democrática promove a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, garantindo a representatividade e a inclusão de diferentes perspectivas.

Uma gestão administrativa eficiente é capaz de planejar e executar as ações necessárias para o bom funcionamento da instituição, garantindo que os recursos financeiros, humanos e mate-

riais sejam utilizados da melhor forma possível. Além disso, a gestão administrativa também é responsável por acompanhar e avaliar o desempenho da instituição, identificando possíveis problemas e propondo soluções para melhorar o desempenho escolar.

Por sua vez, a gestão democrática promove a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, garantindo que as diferentes perspectivas sejam consideradas e que as políticas e práticas adotadas pela instituição representem os interesses de todos os envolvidos. Isso é fundamental para promover a inclusão e a representatividade, garantindo que nenhuma voz seja excluída na definição das políticas e práticas educacionais.

Além disso, a gestão democrática também promove a transparência e a prestação de contas, tornando as ações da instituição mais transparentes e acessíveis para toda a comunidade escolar. Isso contribui para fortalecer a confiança na instituição e promover um ambiente de colaboração e engajamento entre todos os membros da comunidade escolar.

Em suma, a gestão administrativa e democrática são fundamentais para garantir a eficiência e eficácia na gestão das instituições de ensino. Promovendo a utilização eficiente dos recursos e a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, contribuindo para a promoção da inclusão e da representatividade. Portanto, investir na melhoria da gestão administrativa e democrática é essencial para promover a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O gestor escolar é o administrador e o grande responsável pela unidade escolar onde atua, deve, acima de tudo, ser uma pessoa responsável, motivado, preocupado com o bom desempenho e interação de sua equipe, realizar um trabalho com a comunidade, para que essa faça parte do cotidiano da escola e contribua para o desenvolvimento do educando. É ele que desempenha várias funções dentro da unidade, atuando como administrador de recursos, como líder mediando o trabalho da equipe escolar, estimulando a melhoria na educação e buscando sempre o trabalho coletivo voltado para a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Todos têm direito a educação e cabe à escola oferecer um atendimento que garanta o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos, respeitando à dignidade e os direitos básicos das crianças, construindo assim um cidadão autônomo, crítico e democrático.

O direito à educação é garantido a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição, todos merecem este direito sem discriminação. A consciência, no entanto, deve ser treinada para esse ideal seja atingido por todos os povos e todas as nações, e que cada órgão da sociedade se esforce, para promover e respeitar a formação do cidadão, sem preconceito.

As transformações acontecem em todos os segmentos incluindo na educação, por isso, encontramos desafios constantes como: número reduzido de professores e falta de estrutura nas escolas, desmotivação dos alunos, pais desinteressados com a educação dos próprios filhos e a responsabilidade cada vez maior para o professor. Para um bom desenvolvimento a escola deve contar com o comprometimento de todos, pois além de ser uma instituição de ensino, é um ambiente transformador principalmente para a classe menos favorecida onde deposita nos estudos a

esperança de melhores condições de vida. Sendo assim:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É neste sentido que precisa ser transformado o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, s/d)

Uma escola que conta com a participação da comunidade consegue mudanças e possíveis caminhos para uma melhora na educação. Não podemos esperar que a escola seja a salvadora da sociedade, mas com a participação de todos conseguimos criar culturas, novos comportamentos e contribuir para a formação de cidadãos autônomos, críticos e democráticos. Assim, “a gestão realizada pelas escolas pode e deve produzir maior qualidade e eficiência na educação, mas, para que funcione eficientemente, precisa ser concebida, tendo em conta condição específica das sociedades em que é aplicada” (GIANCATERINO, 2010, p. 39).

Por isso há necessidade de uma gestão democrática, para uma melhora na escola, no cidadão e na sociedade. Partindo do princípio que de:

É neste sentido, portanto, que vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas ao alcance de objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores).

E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas a quem favorece essa transformação, ou seja, das camadas trabalhadoras. (PARO, s/d).

Para realizar seu trabalho o gestor encontra inúmeras dificuldades.

O educador não é um trabalhador qualquer. Seu campo de ação é o ser humano, com sua expectativa e projetos de vida, que merece todo respeito. Mais que um trabalho, é uma missão, uma vocação. Difícil desempenhar dadas as condições precárias, o descaso governamental, o próprio descrédito e desprestígio da escola. Porém um trabalho inadiável e imprescindível. A criança, o jovem, o adulto aí estão. Sofrendo, como o professor e o diretor, injustiça à violência, a carência e todos os problemas de um sistema. (SANTOS, 2002, p. 58;59)

É ao gestor que todos os componentes da equipe levam suas ideias, seus desejos e seus problemas, daí a necessidade de ser uma pessoa aberta ao diálogo, firme, calma, capaz de encorajar nas horas de desânimo e de estimular diante dos inúmeros desafios que a profissão apresenta.

Neste contexto, é papel do gestor trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, exercer um trabalho de equipe com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades, para que possam adquirir as habilidades necessárias para um bom desempenho de suas funções, ser capaz de ouvir o que os outros têm a dizer e desempenhar um papel fundamental na gestão democrática, pois ele pode dificultar ou facilitar a implantação de procedimentos participativos.

É competência do gestor, participar da elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico da escola indicando a direção a seguir não apenas para os professores, mas também funcionários, alunos, famílias, membros do Conselho da Escola e demais representantes da comunidade, fazendo com que todos assumam um compromisso de melhorar a educação. Ele deve desempenhar um papel de liderança e, ao mesmo tempo, ser uma pessoa democrática, fazendo com que todos desenvolvam seu trabalho com qualidade, garantindo o bom andamento da unidade, incentivando a equipe alcançar os objetivos propostos, fazendo a interação escola/comunidade e que seja um gerenciador de conflitos, sendo que lidamos com seres humanos e seja um gerenciador de conflitos, sendo que lidamos com seres humanos e cada um tem sua personalidade. A opinião de cada integrante da equipe é fundamental para atingirmos um objetivo e para a construção do sucesso coletivo.

De acordo com Paro:

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. Na prática, entretanto, o que se dá é a mera rotinização e burocratização das atividades no interior da escola, e que nada contribui para a busca de maior eficiência na realização de seu fim educativo. (PARO, 2008, p.130)

A interação entre gestor, docentes, comunidade, funcionários e os alunos é fundamental para um bom andamento da unidade escolar.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece uma educação democrática para o ensino público, e, descreve, no seu artigo 206, parágrafo VI sobre os princípios que embasam o ensino: 'gestão democrática do ensino público, na forma da lei' (BRASIL, 1988).

Sendo assim, Araújo define a gestão escolar democrática como:

[...] forma de possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, porque cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos. (ARAÚJO, 2009, p.20)

Na gestão democrática todos participam, executam e tomam decisões. Já o gestor tem o papel de coordenar e interagir com os segmentos incentivando as ideias e a participação de todos. Observa-se que é uma gestão voltada para a transformação do cidadão tornando-o um ser autônomo, crítico e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou alguns estudos e observações legais sobre a administração demo-

crática. A administração que valoriza a participação da equipe escolar, dos estudantes e da comunidade está em constante evolução. Alguns estudos comprovam que a gestão democrática pode contribuir para uma educação de qualidade se levar em conta as necessidades da comunidade em questão, na qual todos os integrantes da equipe escolar têm familiaridade com as questões e participam ativamente e de forma organizada através de ações representativas.

A gestão democrática no ambiente escolar é um tema relevante atualmente, tendo em vista a relevância de incentivar a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. Durante este estudo, notamos a relevância de incentivar a participação de todos na tomada de decisões e ações no ambiente escolar, a fim de assegurar a participação efetiva de professores, alunos, pais e outros membros da comunidade escolar.

Ao examinarmos a administração democrática na instituição de ensino, notamos que essa prática pode ter um impacto significativo no fortalecimento da independência e responsabilidade dos indivíduos envolvidos, além de fomentar um ambiente mais inclusivo e participativo. Ademais, a administração democrática pode ser uma ferramenta valiosa para fomentar a equidade de oportunidades e a valorização da diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos e o progresso de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Vale ressaltar, no entanto, que a implementação efetiva da gestão democrática no ambiente escolar requer um processo contínuo de diálogo, negociação e construção coletiva, de forma a superar desafios e obstáculos que possam surgir ao longo do caminho. Nesse sentido, é fundamental garantir a participação de todos os atores envolvidos na tomada de decisões, bem como promover a transparência e a prestação de contas, de modo a assegurar a legitimidade e efetividade das ações democráticas.

Dessa forma, este texto teve como objetivo principal aprofundar a discussão desse tema. Discussão esta, que deve ser contínua e com o intuito de aprimorar o acesso à escola pública regular para alunos com deficiência e aqueles que enfrentam algum obstáculo no processo de aprendizagem. Se faz necessário destacar também que a gestão democrática no ambiente escolar não se restringe apenas à esfera administrativa, mas sim, permeia todas as dimensões do processo educativo, desde o planejamento das propostas pedagógicas até a avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas. Melhor dizendo, requer um compromisso constante por parte de todos os envolvidos em prol da construção de uma escola mais democrática, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A escola deve atuar em função dos seus alunos, funcionários e comunidade local, a partir de suas necessidades. Precisa contar também com a participação efetiva dos Conselhos escolares nas decisões administrativas, financeira e na construção dos projetos a serem desenvolvidos.

Para tanto levando em consideração a importância desse tipo de gestão, o objetivo do estudo desse tópico foi demonstrar a relevância do gestor escolar no progresso do processo inclusivo, apontando suas dificuldades, os caminhos a serem seguidos e demonstrando como a educação inclusiva pode contribuir para diminuir as discrepâncias na escola, sendo o professor o responsável por conduzir todo esse processo.

Contudo são muitos os desafios para a construção e manutenção de uma escola efetivamente democrática, mas quando se tem uma gestão de qualidade, que faz o seu papel e sabe de sua importância, torna-se possível a transformação da educação, do cidadão e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo, Cortez, 2003, p. 91. - (Coleção Questões da Nossa Época: 102).

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1998 BRASIL.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

ENGUIITA, M. F. **A escola em exame: Uma análise sociológica para educadores e outras pessoas interessadas**. Madrid: Pirâmide, 1995.

FERREIRA, NAURA CARAPETO (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.


LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educativo, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

OLIVEIRA, J. F. et al. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.



+55 14 3198-4048
+55 11 4444-9014
relacionamento@facon.edu.br



FACONNECT